

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE LONDRINA – CONSEA-LD**

No dia 06 de março de 2026 às 09h00 no SESC Mesa Brasil, sito à Rua Vasco Cinquini 429 – Jardim Santos Dumont Londrina, reuniram-se os membros do CONSEA-LD: Kelly Franco de Lima – Presidente, Viviane Fernandes – (SMAA) Secretária Executiva, Maria Inez Gomes (ADECOL), Miguel Gomes Celestino (COAFAS), Lilian Azevedo Miranda (Sindicato Rural Patronal de Londrina), Lucilene Ferreira Gonçalves (Sesc/Mesa Brasil), Benedita Antonio de Oliveira (COOCAFAT), Cássia Regina Bruno Nascimento (UNICESUMAR), Flávia Maronesi (Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera), Juliany Piazzon Gomes (UTFPR), Luiz Diego Marestoni (IFPR), Caroline Favaro (SMAS), Beatriz Lourenço Nunes (SME), Luciane Antonietti (AMS) e Fábio Issamu Arijji (SMPOT), para a deliberação dos seguintes assuntos: 1. Apresentação e aprovação da Pauta; 2. Aprovação/sugestão em relação a Ata da Reunião Ordinária do dia 19/12/2025; 3. Centro Ocupacional de Londrina – breve explanação/demanda – Lara; 4. Demanda TCE – Parecer do Conselho; 5. Cozinha Solidária Amigas do São Jorge; 6. Eleição do (a) Vice-Presidente – Sociedade Civil; 7. Substituição das Entidades da Sociedade Civil Organizada que não se manifestaram quanto à indicação de outros representantes; 8. Constituição das Comissões Permanentes e Temporárias. Kelly deu boas vindas a todos, agradecendo a disponibilização do espaço do Sesc/Mesa Brasil para a realização da reunião e passou a palavra para Viviane coordenar a reunião. Viviane agradeceu a presença de todos, sugerindo que todos se apresentassem, devido à presença de novos membros. Após a apresentação de todos, agradeceu o *coffee break* oferecido pelo Sesc/Mesa Brasil. Dando continuidade, fez a leitura da pauta e perguntou aos membros se haveria objeções ou alterações em relação a Ata da reunião anterior. Não havendo manifestações a Ata foi aprovada. Sobre o item 3 – disse que a Lara do Centro Ocupacional de Londrina enviou um e-mail ao Conselho para expor algumas demandas. Passando a palavra para a Lara, assistente social da instituição, disse que o Centro Ocupacional – COL é uma instituição filantrópica, atendem na parte da assistência, educação e saúde de crianças, adolescentes e adultos

com deficiência, principalmente com TEA – Transtorno de Aspecto Autista. Atuam desde 1985 em Londrina, no bairro Colina Verde. Na parte da educação, há a Escola Manaim, que é uma escola especializada para pessoas com deficiência. Atendem 252 alunos no período matutino e vespertino, sendo crianças a partir de 0 anos com transtorno de aspecto autista e a partir dos 15 anos com TEA e outras deficiências associadas. O objetivo é estimular a questão cognitiva, a autonomia e aprendizagem, construindo conhecimento, a partir das necessidades de cada um. Já o foco do serviço social, tanto da escola quanto da equipe clínica, é a garantia de direito, atenção à Segurança Alimentar e o fortalecimento da proteção da família. Possuem atendimento clínico também, cerca de 200 pacientes. São crianças e adolescentes que fazem terapias, a equipe é multiprofissional, com psicóloga, fisioterapeuta, fonoaudiólogas, neurologista, a indicação é através do SUS. Sobre a infraestrutura, a parte clínica e da educação ficam no mesmo ambiente. Em relação ao serviço social, há mais uma profissional nesta área. Fazem a acolhida, o estudo social, o acompanhamento das famílias de uma forma bem próxima. Têm parcerias com empresas, com grupos religiosos ou outros grupos que queiram colaborar. As famílias que são atendidas enfrentam o chamado “custo da deficiência”, possuem um custo muito elevado com saúde, transporte, tratamento, medicação e outras questões. As mães, muitas vezes “mãe solo” se dedicam aos cuidados dos filhos, não conseguindo trabalhar e recebem o benefício assistencial que é um valor baixo. Com isso, a insegurança alimentar fica explícita, e as mães solicitam cesta básica para a instituição, a qual não possui verbas para este fim. Após a explicação, Lara demandou ao Conselho, de que forma poderíamos auxiliá-los, seja com algum Programa de alguma instituição que compõe o Conselho, para inserir algumas famílias, ou ministrar palestras para as famílias sobre a seletividade alimentar, condição que afeta as pessoas com TEA (como garantir que a criança se alimente adequadamente dentro das possibilidades do que ele consegue comer?). Apresentou algumas fotos, relacionadas as atividades das crianças com os alimentos. Trabalham a chamada “cozinha afetiva”, onde os alunos podem manipular os alimentos junto com os professores, preconizando a autonomia das crianças. Maria Inez perguntou se a instituição tem espaço para horta, Lara disse que há um espaço onde a professora trabalha com os alunos, mas que não envolve as famílias.

Viviane informou que existe na prefeitura o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, que fomenta a implantação de Hortas Comunitárias. Dependendo do tamanho da área, e a disponibilidade de máquinas, a prefeitura realiza o preparo inicial do solo, e se tiver disponível, fornece esterco e assistência técnica. Caso tenham interesse, devem fazer a solicitação via Sistema Eletrônico de Informação – SEI, anexando um Projeto com informação dos participantes, finalidade etc. Maria Inez complementou que assim poderia fazer uma horta bem produtiva, envolvendo as famílias. Viviane ressaltou que os responsáveis pelo cuidado da horta são as famílias, e não a prefeitura. E que caso tenha dúvidas pode entrar em contato com a Secretaria, com a gerência responsável pelo Programa. Kelly acredita também que estão solicitando o auxílio do Conselho para trazer visibilidade ao Centro, para aquisição de outros projetos, como a participação no Mesa Brasil, no Compra Direta Paraná, no Programa de Aquisição de Alimentos, Cooperativas, como também a inserção da instituição dentro do Conselho. Lucilene (SESC) disse que o COL já é atendido pelo programa Mesa Brasil há vários anos, e faz uns dois anos que atendem a escola, com alimentos para os alunos durante o período que estão lá. Vem sendo proposto para atenderem as famílias, porém, é necessário que a instituição realize o cadastro com o número do NIS – número de identificação social e outras documentações das famílias, o que até o momento não se consolidou. No ano passado os representantes do COL foram orientados sobre os critérios do Programa; a importância do acompanhamento; da prestação de contas; do quantitativo das famílias; do local adequado para armazenar estes alimentos; de que forma este alimento será repassado às famílias. Falando na questão de segurança alimentar, existe o trajeto, desde a retirada até o destino final, para que este produto não estrague (pois a maior parte é perecível), ou seja, a entidade tem que analisar se consegue realizar toda esta logística, que envolve o Programa Mesa Brasil. Acrescentando, Lucilene informou que o Mesa Brasil atende 17 entidades nesta modalidade família, e está à disposição para dirimir qualquer dúvida. Kelly sugeriu levar a demanda para a Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – CORESAN e para a Secretaria de Agricultura do Estado, para verificar a possibilidade de participarem do Compra Direta Paraná. Também elencou que as Universidades que fazem parte do Conselho podem envolver os estudantes para realizarem

uma orientação nutricional. Luiz Marestoni do IFPR informou que uma associação entrou em contato com o Instituto para instalar uma Horta no campus, estão em busca de fomento, e se representantes do COL tiverem interesse, podem firmar uma parceria com a IFPR para fortalecer o Projeto. 4. Demanda TCE – Viviane apresentou a documentação encaminhada ao Conselho solicitando informações para elaboração do relatório de controle interno – prestação de contas anual. Os itens foram apresentados e discutidos entre os membros do Conselho, com recomendações e sugestões para aprimoramento da política pública. Lucilene do Mesa Brasil sugeriu que seja ofertado uma capacitação por um profissional experiente e com uma gama de conhecimentos relacionados à Política de SAN, para entender quais os caminhos e responsabilidades necessárias para que o Conselho seja deliberativo, citando por exemplo a Ministra Márcia Lopes. Maria Inez da ADECOL, sugeriu algum representante do MDS. Destacou ainda, que o Conselho é a base para a discussão da questão alimentar que envolve atualmente as indústrias alimentícias/farmacêuticas e a utilização dos agrotóxicos, e deve conscientizar as pessoas para que reflitam sobre “o que elas consomem”. 5 - Cozinha Solidária Amigas do São Jorge – Viviane informou que a Cozinha está cadastrada para adquirir alimentos do PAA, no entanto, precisam de uma declaração do Consea atestando seu funcionamento para receber estes produtos. Então, é necessário que os membros ou pelo menos alguns representantes façam a visita ao local, verificando se o imóvel têm condições de receber e armazenar estes alimentos; questões mínimas de higiene; como os alimentos são manipulados e outras questões que os Conselheiros considerem relevantes. Lucilene informou que o MESA BRASIL faz uma visita de monitoramento e acompanhamento anualmente, e que já atendem esta instituição através da CÁRITAS, contudo é necessário que elas tenham o próprio CNPJ (o que já conseguiram), e no momento é necessário uma declaração do Conselho, atestando que prestam serviço à comunidade, beneficiam tantas famílias e este serviço que faz parte da política de SAN é importante para o município. Atendem os territórios próximos, como o Aparecidinha, Vista Bela e São Jorge, pessoas que estão em situação de extrema vulnerabilidade, e a maioria não recebe benefícios sociais, mulheres em situação de violência, desamparo e desproteção. Na primeira visita do Sesc

Mesa Brasil à entidade, as voluntárias receberam orientações considerando o minimamente possível e necessário para o funcionamento da Entidade, já que dependem de voluntários e doações. Realizaram o Curso de manipulação de alimentos, ofertado pelo SESC. E nas demais visitas do SESC, sempre recebem orientações, para aprimorarem o espaço. Atendem de duas a três vezes por semana, ofertando o jantar, as pessoas trazem as vasilhas e levam o alimento para si e sua família. Maria Inez ressaltou que surgirão novas Cozinhas, e que uma das dificuldades é conseguir a Unidade Gestora, que muitas vezes pertence a outro Estado. Considerando que a entidade necessita da Declaração do Conselho com urgência, para não perderem o recurso do PAA, ficou acordado que os membros que tiverem disponibilidade irão realizar a visita, e de preferência no dia que estiverem preparando a refeição.

6. Eleição do (a) Vice-Presidente – Viviane disse que conforme a reunião realizada anteriormente, haverá a eleição do (a) vice-presidente. Caso tenha vários candidatos, faremos a eleição através de voto secreto. Como não teve disputa de candidatos, a vice presidente será a Lilian Azevedo Miranda do Sindicato Rural Patronal de Londrina.

7. Substituição das Entidades – Foi encaminhado Ofício às entidades para se manifestarem quanto à permanência no Conselho. FECAMPAR se manifestou não tendo interesse. UNICESUMAR e COOCAFAT indicaram outros representantes, e as demais (Tenda de Umbanda Cacique Cobra Coral, UNIMOL, UGT, SINTERC/PR, SINDPANP) não responderam, sendo assim, é necessário a substituição de acordo com os segmentos. A plenária concordou que seja encaminhado Ofício às novas entidades do mesmo segmento, solicitando a manifestação quanto ao interesse de participar do CONSEA-LD, mas os conselheiros farão sugestões quanto as possíveis entidades que se enquadram nos respectivos segmentos. Maria Inez complementou que seria uma eleição complementar.

8. Constituição das Comissões Permanentes e Temporárias – Viviane disse que tem que ser no mínimo 3 conselheiros para cada Comissão, porém é necessário que os Conselheiros saibam qual a função e responsabilidade de cada uma. Kelly sugeriu que as Comissões sejam formadas posteriormente ao resultado da eleição complementar. A representante da SMAS, Carolina Favaro, pediu a palavra, perguntando se o Conselho já avaliou de que forma poderiam auxiliar a Assistência Social em relação ao Programa Nova Trilha que foi encerrado por

conta de questões orçamentárias, atendiam de 80 a 120 pessoas por dia, oferecendo jantar. As entidades filantrópicas, igreja e outros grupos forneciam este alimento. Kelly sugeriu que este assunto seja um dos pontos da pauta na próxima reunião. Dando a reunião por encerrada pelos (as) presentes às 11h20 (onze horas e vinte minutos), eu, Viviane Fernandes, lavrei a presente ata, que será aprovada na próxima reunião, com a comprovação de presença por meio da lista anexada, dispensando assim a assinatura dos membros do CONSEA-LD.